



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 11º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA
REALIZADA EM 08/07/2026**

**ATA DO DÉCIMO PRIMEIRO SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA — REALIZADO NA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara, primeiro-vice-presidente deste Parlamento e coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em parceria com a Subsecretaria de Políticas Públicas para Pessoas Idosas, o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Sead), foi aberto o XI Seminário Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Cibele Kraemer de Mello) — Autoridades, parlamentares, representantes de entidades de classe e das organizações não governamentais, profissionais da área da saúde, da segurança pública e da assistência social, professores, acadêmicos, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam bem-vindos. Este evento está sendo transmitido ao vivo pela TV Alems, canal 7.2 da TV aberta, pela Rádio Alems, conectada com a Rádio Senado, na frequência 105.5, e pelas nossas plataformas digitais. Informamos que temos Wi-Fi disponível, é só localizá-lo em seu dispositivo a Rede Alems e navegar com total segurança. Os registros fotográficos deste evento estarão disponíveis na galeria do site da Alems, as notas taquigráficas também serão disponibilizadas no site da Alems, dentro do prazo regimental. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do deputado Renato Câmara, primeiro-vice-presidente deste Parlamento e coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em parceria com a Subsecretaria de Políticas Públicas Para Pessoas Idosas, o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado da Cidadania, realizam o XI Primeiro Seminário Estadual de Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa. Este evento é o encerramento da programação da campanha Junho Prata, instituída pela Lei nº 5.215/2018, de autoria do deputado Renato Câmara. O objetivo deste seminário é discutir desafios, soluções e experiências bem-sucedidas na defesa dos direitos dos idosos. A programação deste ano tem como eixo central o tema: "Do Diagnóstico à Pactuação: Caminhos para a construção de uma agenda de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa em Mato Grosso do Sul". Para compor a mesa de abertura deste seminário, convidamos: o deputado Renato Câmara, proponente; o senhor Jairo Luiz da Silva, secretário adjunto de Estado da Cidadania de Mato Grosso do Sul; a Promotora de Justiça doutora Paula da Silva Volpe, coordenadora do Núcleo da Cidadania da 58ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, neste ato representando o Procurador-Geral de Justiça, doutor Ramon Ávila Milhan Junior; o Defensor Público doutor Marcelo Marinho da Silva, coordenador do Núcleo de Família e Sucessões da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, neste ato representando o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 11º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA
REALIZADA EM 08/07/2026**

Defensor Público-Geral, doutor Pedro Paulo Gasparini; a senhora Taciana Afonso Silvestrini Arantes, secretária executiva de Assistência Social, representando neste ato a Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos; o senhor Isair Joris, presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas); e o professor mestre Eduardo Ramirez Mezza, especialista nos temas da pessoa idosa, como a garantia e defesa dos direitos, controle social de políticas públicas e relações de poder na intergeracionalidade. Teremos neste momento a execução do Hino do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo Coral da Universidade da Maturidade, sob a regência do maestro professor mestre Marlon Nantes Foss; letra de Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves, música de Radamés Gnattali. [Execução do hino]... Para dar-lhes as boas-vindas e fazer a abertura deste seminário, anunciamos o proponente, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Republicanos (coordenador da FPDDPI) — Boa tarde a todos. Que alegria começar este evento ouvindo esse coral incrível da UMA, da UEMS, que tem feito um grande trabalho, que tem levado essa ideia adiante. Invocando a proteção de Deus, falando em nome da liberdade e da democracia e cumprimentando a todos, declaro aberto o XI Seminário Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, uma parceira da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, a Secretaria de Estado da Cidadania, a Subsecretaria de Políticas Públicas para Pessoas Idosas, o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com o objetivo de promover um espaço de diálogo entre as instituições e serviços que compõem a rede de enfrentamento da violência contra as pessoas idosas de Mato Grosso do Sul, e ainda promover ações que levem ao cumprimento do Estatuto do Idoso. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa, Casa de Leis e da Cidadania. Passo a palavra para o cerimonial, que vai dar continuidade aos trabalhos.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Cibele Kraemer de Mello) — Para abrilhantar a nossa tarde, teremos agora a apresentação do Coral da Universidade da Maturidade da UEMS. O coral surgiu a partir da disciplina “Voz em Cena: O corpo, a voz, a respiração e o canto”. Com o crescimento das atividades musicais e artísticas, o grupo tornou-se um projeto de extensão vinculado ao programa Universidade da Maturidade da UEMS, representando a universidade em eventos acadêmicos, culturais e institucionais. Nesta apresentação, o Coral da Universidade da Maturidade brinda o público com as canções *Chalana*, de Mário Zan e *Anunciação*, de Alceu Valença, sob a regência do maestro, professor e mestre Marlon Nantes Foss. [Apresentação cultural]...

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Republicanos (coordenador da FPDDPI) — Bravo! Parabéns ao coral da UMA, continuem com a perseverança de sempre, muito obrigado por abrilhantarem este evento.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 11º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA
REALIZADA EM 08/07/2026**

MESTRE DE CERIMÔNIA (Cibele Kraemer de Mello) — Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores: Jessé Fragoso da Cruz, subsecretário da Juventude de Mato Grosso do Sul; Telma Minari, vice-prefeita e secretária municipal do município de Naviraí; Sidi Pinto Barbosa Junior, chefe do Núcleo de Defesa do Direito da Pessoa Idosa de Campo Grande; Juliana Monteiro, secretária de Assistência Social de Caarapó; Lizéia Vogler, secretária adjunta de Assistência Social do município de Chapadão do Sul; professor doutor Djanires Lageano Neto, coordenador Estadual da Universidade da Maturidade, neste ato representando o professor Laércio Alves Carvalho, reitor da UEMS; Telma Regina Lara Costa de Oliveira, presidente do Conselho do Idoso de Jaraguari; Maria Cristina Gomes, vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Campo Grande; Lucilene dos Santos Costa, vice-presidente do Conselho do Idoso de Jaraguari; Helena Izidora de Souza, conselheira do Conselho da Pessoa Idosa do município de Dourados; Anita Vigano, também conselheira do Conselho da Pessoa Idosa do município de Dourados; Cézar Cortez, assessor parlamentar do senador da república Nelsinho Trad; Zirleide Barbosa, assessora parlamentar do deputado estadual Pedro Kemp; Viviane Vilani, assessora do Procon/MS, neste ato representando o secretário executivo Ângelo Motti; Ana Cláudia Gomes, secretária-geral do Sindicato da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, neste ato representando a presidente do sindicato; Suzi Rosa Miziara Barbosa, coordenadora do Conselho do Projeto Envelhecer nos Territórios da UFMS; Lecir Marques Machado, coordenadora do projeto Geração em Movimento, neste ato representando o Círculo Militar de Campo Grande; assistente social Cláudia Regina Ricardo, fundadora do Instituto Caminhos Justiça Social; Leiner Maura Vieira Melo, membro da Frente Parlamentar da Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; Janete Bakaray Moraes, presidente da Associação do Espaço Vida Ativa e coordenadora do Projeto Nova Lima; e Maria Neide, representando o Fórum Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas de Campo Grande. Para fazer seu pronunciamento, anunciamos o proponente, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Republicanos (coordenador da FPDDPI) — Que alegria tê-los aqui nessa importante e necessária discussão. Entre um Censo e outro, de 2012 a 2024, aumentou em 53% a comunidade idosa, passando de 22 para 34 milhões, o que preocupa, doutora Paula, pois junto com esse aumento multiplicam-se as dificuldades. E aí, cara amiga e defensora dessa causa, que tem feito um grande trabalho na Secretaria Executiva de Assistência Social, Taciana Arantes, nós precisamos construir um estado que olhe com carinho para as próximas gerações de idosos, e sem esquecer da atual. Temos o problema da mobilidade, da dificuldade de locomoção, inerente ao processo de envelhecimento, problema que nos convida a cuidar melhor das nossas calçadas, da acessibilidade dos prédios, tudo isso tem de ser pensado urgentemente. Diante disso, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas, sob os auspícios da lei que criou o "Junho Prata", tem desempenhado aqui nesta Casa de Leis um papel muito importante. Aliás, o professor Eduardo Ramirez, uma das autoridades na área (que logo vai nos dirigir algumas palavras), junto com o professor Ramon, mais o professor Neto, vocês que estão aqui, todos os profissionais engajados nessa cruzada nos ajudaram e muito a

construir esse espaço, essa frente. É muita gente nessa luta, não dá para citar todo mundo, e numa luta que já tem muito tempo... Enfim, a construção dessa política, doutor Marcelo Marinho, foi feita a várias mãos, foi feita assim, está sendo conduzida assim, e tem de ser assim. Tem de ser assim porque, isoladamente, o máximo que podemos ser é meros anunciadores de propostas, de ideias bem-intencionadas. A nossa grande missão (nossa, da Casa, e a de vocês) é tirar nossas boas ideias do papel, da discussão, do debate e colocá-las em prática na vida de cada um. Precisamos fazer isso, por exemplo, com o Estatuto do Idoso, que é de fato um grande mecanismo de proteção, de inclusão, um belo projeto de cidadania, mas que precisa avançar para realmente fazer a diferença na vida de cada pessoa idosa — mas para isso as pessoas precisam saber que ele existe, conhecer suas diretrizes. Perguntavam-me há pouco qual é o grande objetivo de uma frente parlamentar; um dos grandes objetivos de uma frente parlamentar é conscientizar os cidadãos dos seus direitos, já que sabendo quais são, fica mais fácil buscá-los; nesse sentido, a Assembleia Legislativa é o foro por excelência para buscar aquele direito que não está sendo cumprido. A delegacia é o lugar de registrar uma ocorrência, a ela se recorre para denunciar a sonegação de um direito, de um episódio de violência, mas o lugar onde se resolve, onde se propõe alternativas práticas, é aqui na Assembleia Legislativa. E esta Casa está de portas abertas para cada um dos senhores e das senhoras que buscam por justiça. Então contem conosco na continuação desse enfrentamento, que a rigor já viemos fazendo nesses onze anos de seminário, onze anos em que muitas coisas aconteceram. Cito, por exemplo, o Fundo Estadual do Idoso, que subvenciona atividades, ações de conscientização, ações empreendidas por instituições de longa permanência; cito também esse trabalho incrível que estamos fazendo em parceria com a Universidade Federal, com o Instituto Federal, para a criação da plataforma, do "Observatório do Envelhecimento", para que possamos ter as informações de maneira transversal, captadas desde várias direções e centralizadas num único ponto, de maneira a nos facilitar a tarefa de propor políticas públicas mais assertivas — como a política pública que o nosso governador Eduardo Riedel colocou em prática, com o programa "Cuida de Quem Cuida". Essa ideia de apoiar com uma bolsa um cuidador tem sua origem na estatística, que diz que vinte por cento dos idosos têm dificuldade de cumprir uma das suas atividades essenciais, *vide* a última pesquisa da Fiocruz e da Universidade Federal de Minas Gerais — dificuldade ou de se alimentar, ou de se levantar, ou de tomar banho ou de comprar seu alimento. De maneira que essa política pública já está na vida de mais de mil famílias, e é um projeto-piloto, né? Taciane, projeto que está em construção, mas que já está de certa forma em curso na prática. Políticas como essa, nós temos buscado, como o prova a criação dos centros de convivência, da UMA, da Unap [União dos Aposentados], que nós apoiamos com a destinação de emendas parlamentares — tudo para que o idoso possa ter uma vida ativa, com um melhor condicionamento físico, praticando esportes adaptados, etc. Ontem tivemos a oportunidade de conquistar mais um parceiro para tocar essas iniciativas, o Círculo Militar, que está entrando com tudo, vai ser mais um espaço de atividades de recreação, espaço onde o idoso vai poder também colocar a cuca para funcionar, porque a cabeça precisa também continuar ativa, com ideias, com projetos, com motivação. É fundamental manter essa chama viva, essa vontade de viver, de querer ser útil, de querer participar das coisas; com

um pouco menos de mobilidade, é verdade, com um pouco mais de calma, com um pouco mais de paciência, mas com aquele ingrediente especial que é toda essa sabedoria que vocês adquiriram até aqui. Vocês, ou melhor, *nós*, estamos na nossa melhor versão, estamos em nosso auge, não vamos desperdiçar a chance de ser felizes nessa etapa da vida; ajudando nossos familiares, participando daquelas atividades compatíveis com a nossa condição, enfim, soltando a voz e colocando esse corpinho para se movimentar [aplausos]... Vamos fazer isso do nosso jeito, dentro das nossas possibilidades, juntos com a frente parlamentar. Contem com o amigo de vocês Renato Câmara; se falta grana, nós vamos brigar por essa grana, como já aconteceu com o fundo [o FDPI, Fundo Estadual da Pessoa Idosa], que começou sem fundos, mas que hoje já tem mais de um milhão de reais. Mas sim, precisamos de mais recursos, só com vontade não se vai além de um certo ponto... mas para isso precisamos estar unidos. Para encerrar, vou pedir uma coisa muito séria para vocês, preciso que vocês me atendam... Pessoal, "segue eu" nas minhas redes sociais, caramba! Não faz muito, ao apresentar-se um palestrante, o comum era dizer que o sujeito escreveu dez livros, que é PHD, todo mundo batia palma; agora é "tem dez milhões de seguidores". — "Mas que que ele faz?" — "Ele é influencer! as pessoas seguem ele, ele é legal." Hoje, estar presente nas redes sociais tem muito valor, e o meu Instagram é @renatocamarams, é só entrar e seguir. A rede social é também um espaço que aproxima as pessoas; se você fizer lá uma denúncia séria, "deputado, é o seguinte, está acontecendo isso, assim, assim, tome providências", é claro que eu vou tomar; não é só para curtir, não é só para saber o que está sendo feito, ela é também uma oportunidade de você conversar com o seu deputado. Porque deputado não é só uma fotinho na parede do saguão, ele é de carne e osso, o deputado tem atribuições legais, constitucionais, que são úteis para a sua vida. Bom, acho que era isso... Estou vendo umas cartazes aqui. "A criança de hoje é o velho de amanhã", "UMA, saúde e dignidade para quem constrói nossa história", "Moradia acessível para todos os idosos", "Envelhecer com cultura é viver com dignidade; esporte não tem idade", "Praças vivas, cidades melhores", "UMA, educação e cidadania", "Nenhuma pessoa idosa sem proteção social" ... Pessoal, continuem conosco, vamos ter palestras fantásticas. Bem-vindos e muito obrigado. Passo a palavra ao defensor público Marcelo Marinho da Silva.

SENHOR MARCELO MARINHO DA SILVA (defensor público e coordenador do Núcleo de Família e Sucessões da Defensoria Pública de MS) — Boa tarde a todos. Minha saudação ao deputado Renato Câmara e aos demais integrantes da mesa. É uma satisfação estar aqui, deputado, o senhor comentava há pouco que estamos já na décima primeira edição do Junho Prata, pois eu, até por questões institucionais, participei das duas últimas. De lá para cá, cada vez mais eu me sinto em casa, vamos nos familiarizando com os temas, participando dos eventos, conhecendo pessoas, aumentando o entusiasmo, vamos nos fortalecendo para cumprir essa nobre missão de fazer com que os idosos em nosso país tenham um envelhecimento digno, respeitável e com a observância de todos os seus direitos. Nós não podemos conceber o idoso apenas como mero conceito, como uma abstração, não, o idoso é uma pessoa concreta, detentora de direitos, de deveres, é alguém que está ativo no meio social, merece respeito e, principalmente, atenção do restante da



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 11º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA
REALIZADA EM 08/07/2026**

sociedade. Nesse sentido, eu entendo que ações como essas do Junho Prata devem se estender por todos os meses do ano, para que muito em breve consigamos conquistar plenamente todos os nossos objetivos. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Republicanos (coordenador da FPDDPI) — Com a palavra, o professor Eduardo Ramirez Mezza, especialista nos temas da pessoa idosa.

SENHOR EDUARDO RAMIRES MESA (especialista nos temas da pessoa idosa) — Boa tarde. Em nome do deputado Renato Câmara, cumprimento os demais membros da mesa. É uma alegria estar aqui. Quando retornei de Brasília (estava na secretaria executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa), voltei com essa preocupação de pensar em atividades para o nosso estado e para a nossa universidade também. Numa dada ocasião, não lembro o ano, acho que foi 2011, 2012, nós, com as secretarias de Estado, propusemos o primeiro Seminário Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa, a Suzi estava lá conosco — então é já uma longa caminhada. Bem, eu tenho dois pedidos que quero fiquem registrados aqui, para a gente pensar, principalmente nós que estamos à mesa. O primeiro é para que este seminário, na medida do possível, volte a ser organizado pelo Poder Executivo. Eu respeito demais esta Casa, sou muito grato à frente parlamentar, da qual fui membro durante anos, reconheço o enorme trabalho que o deputado Renato Câmara desenvolve, mas entendo que esta pauta é do Poder Executivo. O segundo pedido que quero deixar registrado é que, também na medida do possível, nós consigamos organizar atividades, ações, propor ações concretas que cada um dos entes possam realizar, precisamos sair um pouco do discurso, que é bacana, que é bom, que aquece o coração e partir mais para as práticas, já que há situações severas acontecendo com pessoas idosas. Seminário é bacana, a gente aparece, faz discurso... O meu pedido, repito, não vamos conseguir fazer isso hoje, é que constituamos um grupo capaz de propor e de realizar ações concretas, para que no próximo ano estejamos já aptos a dar uma devolutiva do que teremos logrado fazer. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Republicanos (coordenador da FPDDPI) — Como há duas pessoas aqui com dificuldade visual, eu pediria que quem for falar faça, por favor, a sua audiodescrição. Eu sou o deputado Renato Câmara, tenho 1,72 m, olhos verdes, cabelos castanhos, uso um terno azul royal e gravata azul. Agradecemos a presença de Lizéia Vogler, secretária adjunta de Assistência Social do Município de Chapadão. Lizéia, leve nosso abraço à secretária Renata, ao prefeito Walter Schlatter, que está construindo (está praticamente em funcionamento) o primeiro Centro Dia de Mato Grosso do Sul. Uma salva de palmas [aplausos]... Esse projeto do prefeito Schlatter será uma inspiração para muitos outros municípios. Com a palavra a doutora Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe.

SENHORA PAULA DA SILVA VOLPE (Promotora de Justiça) — Boa tarde. Meu nome é Paula, tenho 1,70 m, cabelos claros, pele morena, olhos escuros e visto uma

roupa preta com vermelho, que são as cores do Ministério Público. Pretendo ser breve; é uma honra, um privilégio ver esse plenário lotado de idosos. Na verdade eram os senhores que deveriam estar com o microfone, para nos passar essa vasta experiência e sabedoria acumulada. As demandas dos senhores, do estado inteiro, diariamente chegam à Promotoria de Justiça e elas são cada vez maiores, deputado. É muito preocupante a situação que vivemos hoje, no estado, de violência contra a pessoa idosa, os números são alarmantes e só fazem subir, até porque esse estrato social está em crescimento, ainda bem, né? Mas eu concordo com o professor, o Executivo tem que vir para esse debate com maior afinco, nós precisamos de maior comprometimento nesta causa; e outra coisa, não dá mesmo para fazer nada sem dinheiro, sabemos disso. Hoje o que há de idosos nos hospitais de Campo Grande, abandonados pelos familiares, é uma grandeza; nem sempre é porque os familiares não querem, às vezes é porque não têm mesmo condições de cuidar, a pessoa trabalha o dia inteiro, não pode pagar um cuidador para aquele idoso, etc. Então se tivéssemos Centros Dia funcionando, Centros de Referência estruturados, se tudo funcionasse como está na lei, e a lei é muito bonita, a gente teria hoje uma cidade melhor, um estado melhor. A realidade, porém, é outra, e o Ministério Público tem cobrado, tem ajuizado diversas ações em desfavor do Poder Executivo, tanto municipal quanto estadual, tentando melhorar essa situação para proteger as nossas pessoas idosas — ainda é pouco, mas é o que nos cumpre fazer: cobrar e fiscalizar. E isso nós temos feito diariamente, vocês então podem seguir contando conosco nessa luta. Obrigada.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Republicanos (coordenador da FPDDPI)

— Como é bom ver aqui no plenário a Maria Neide, a Leiner, que têm um trabalho fantástico, uma vida inteira trabalhando nessa área. Saúdo também a Zirlede Barbosa, que muito nos ajudou no início da frente parlamentar, deixou sua marca, sua história, seu trabalho. Agora, com a palavra, a secretária Taciana Silvestrine Arantes.

SENHORA TACIANA AFONSO SILVESTRINE ARANTES (Secretaria

Executiva de Assistência Social) — Boa tarde a todos. É uma honra estar aqui, parabéns, deputado. Meus cumprimentos às demais autoridades da mesa. Sou mulher, tenho 1,60 de altura, ruiva natural, por enquanto (já tenho uns grisalhinhos aparecendo); tenho pele clara, sardas, visto uma blusa preta de manga comprida e uma saia coral. Eu trago um abraço da secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, doutora Patrícia Cozzolino, que não pôde estar presente. O tema é extremamente importante para todos nós, ainda mais para mim, que sou assistente social, servidora pública de carreira e ocupante do cargo de secretária executiva de Assistência Social. É muito bom ver tantas autoridades aqui, principalmente essa quantidade de pessoas idosas; porque eu lembro sempre do lema das pessoas com deficiência: "Nada de nós sem nós." Então é isso mesmo, vocês têm de estar envolvidos, têm que participar, atuar, pois toda a ajuda é bem-vinda para fazer avançar essas políticas públicas. A política da Assistência Social, como todos sabem, não é como a da Saúde, da Educação, pastas que dispõem de um percentual do orçamento garantido em lei. Cada vez que se troca um gestor é aquela apreensão, será que o orçamento vai diminuir? será que vai aumentar? será que seremos prioridade?... O que se vê é o

orçamento federal diminuindo, cedendo espaço para o aumento de emendas parlamentares... Bem, já foi aprovada a PEC na Câmara dos Deputados, agora está no Senado, a PEC nº 07, que assegura um percentual mínimo, um por cento da receita corrente líquida, para a política de Assistência Social. E aí, gente, é esse recurso que vai garantir o serviço para vocês, eu não estou falando de BPC [Benefício de Prestação Continuada], não estou falando de Bolsa Família nem de outros programas: é o serviço. São as instituições de longa permanência, é a oferta de Centro Dia — o deputado Renato Câmara lembrou que vai ser agora implantado o primeiro no estado: pois precisamos deles nos setenta e nove municípios —; com o Centro Dia evita-se institucionalizar idosos, e nem é família de baixa renda, é família de classe média; o custo de um cuidador, de uma instituição particular de acolhimento, fica no mínimo dez mil reais/mês, ou seja, não é toda família que tem condições de arcar com isso. Então, gente, nós precisamos assegurar uma proteção social integral para todos os idosos. A propósito de alguns dados que trouxe o deputado Renato Câmara, quero dizer que estou no GT nacional que está reformulando o acolhimento de idosos no Suas [Sistema Único de Assistência Social]; e aí eu observei algumas projeções: daqui a trinta anos os idosos serão quase quarenta por cento da população. Ou seja, nós precisamos nos preparar, precisamos construir políticas públicas à altura das expectativas e necessidades desse grupo. Muito obrigada.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Republicanos (coordenador da FPDDPI) — Muito bom. Passo a palavra ao Jairo Luiz da Silva, secretário adjunto de Estado de Cidadania.

SENHOR JAIRO LUIZ DA SILVA (secretário adjunto da SEC/MS) — Senhoras e senhores, muito boa tarde. Sou um homem de pele parda, cabelos grisalhos, estou usando óculos, tenho 1,82 m, porto um blazer escuro, uma camisa também escura e me encontro sentado, ao lado do presidente da sessão. Eu queria fazer uma saudação especial a todas as mulheres presentes e, com a devida autorização do deputado, da Taciana, da doutora Paula e da nossa subsecretária Larissa, eu queria fazer essa saudação em nome da minha querida amiga e companheira que já trabalhou bastante por esta causa, a Zirleide. Obrigado, é sempre uma alegria vê-la [aplausos]... Em nome do deputado Renato, eu queria fazer uma saudação a todos os servidores da Casa, a todos os homens e mulheres que aqui se encontram. Muito obrigado pelo convite, é uma honra estar aqui, deputado. Embora junho tenha chegado ao fim, a mensagem do Junho Prata permanece atual e necessária, a campanha nos lembra que a proteção, o respeito aos idosos e a sua valorização é um compromisso que deve estar presente o ano todo, como foi dito aqui. O envelhecimento, que é uma conquista da sociedade, deve ser acompanhado pela garantia de direitos, pelo cuidado e pela construção de ambientes seguros, inclusivos e livres de qualquer forma de violência. Não obstante, muitos idosos ainda são vítimas de violência física, psicológica, patrimonial e institucional, são vítimas ainda de negligência, de abandono, o que exige de todos nós ações permanentes e coordenadas. Este seminário reafirma que o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa depende da atuação conjunta do poder público com a sociedade civil, nenhuma instituição sozinha é capaz de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 11º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA
REALIZADA EM 08/07/2026**

responder a um desafio tão grande e complexo. É fundamental a integração entre todos os atores implicados na questão: órgãos governamentais, o sistema de justiça, os conselhos, as forças de segurança, o serviço de saúde, a assistência social, as universidades, as organizações da sociedade civil, vizinhos, lideranças comunitárias, etc., que se encontram literalmente em todos os municípios, que é lá que a vida acontece. Que as reflexões e sugestões deste seminário fortaleçam ainda mais essa rede de cooperação e renove o nosso compromisso com a construção de um Mato Grosso do Sul onde todos possam envelhecer com dignidade, segurança, autonomia e com os seus direitos respeitados. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Republicanos (coordenador da FPDDPI)

— Agora, para encerrar essa etapa, convido o meu amigo Isair Joris, presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social.

SENHOR ISAIR JORIS (presidente do Coegemas) — Boa tarde a todos. Sou

alto, 1,84 m, grisalho, olhos verdes, porto blazer azul escuro e camisa azul-claro. Primeiramente, deputado, quero cumprimentá-lo, por sua gigante liderança à frente do combate à violência contra a pessoa idosa e, em seu nome, cumprimento todo esse dispositivo, sou muito grato por tê-lo como amigo, um parceiro na busca de políticas públicas voltadas para a pessoa idosa. Agradeço também, em nome da nossa secretária Taciana Silvestrine, por esse belíssimo trabalho que vem fazendo a Secretaria de Assistência Social, capitaneado aí pela secretária Patrícia Cozzolino, o que muito nos ajuda a nós gestores, prefeitos, conselheiros, trabalhadores do Suas, nessa constante batalha por recurso, por investimento, para que possamos conquistar enfim nossos objetivos. Aliás, a Taciana assinalou muito bem a importância da PEC 07, que está hoje no Senado, como instrumento fundamental nessa busca por recursos, nós precisamos lutar forte para que essa emenda prospere. Parabéns, deputado, o Coegemas está junto com o senhor, e não só nesse enfrentamento (sei que outra pauta de Vossa Excelência é o Suas, esse brilhante sistema que temos no país), todo esse empenho só nos fortalece para lutarmos por essas políticas, por esses recurso. Agradeço a participação da Flor, da Roseclair, de todas as pessoas idosas presentes neste seminário, isso só nos engrandece, nos deixa mais fortes para fazermos a diferença no Estado de Mato Grosso do Sul. Agradecemos também ao nosso governador Eduardo Riedel, por sempre estar na frente em muitas políticas públicas necessárias, sempre pensando nas pessoas. E não deixem de seguir o deputado Renato nas redes sociais. Cuidar do idoso é preservar a História, e vocês são a história de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado e que Deus os abençoe.

DEPUTADO RENATO CÂMARAM - Republicanos (coordenador da FPDDPI)

— Obrigado, Isair. Quero aqui cumprimentar também a Juliana Monteiro, secretária de Assistência Social do Município de Caarapó, sei do belo trabalho da prefeita Lurdes [Portugal], que inclusive já militava na área antes mesmo de assumir a gestão do município — leve o nosso abraço para ela. Cumprimento também o Tiago Godoy, aqui representando a secretaria de Assistência Social de Corumbá. Bem-vindos! Visualizo também o Cid, bem-

vindo, parabéns pela militância nessa área do envelhecimento, na prefeitura, há tempos você vem colaborando com a frente parlamenta Bem, agora que todos da mesa já se pronunciaram, vamos ouvir as palestras. Passo então a presidência ao Eduardo Ramirez, que vai conduzir os trabalhos nesta fase.

SENHOR EDUARDO RAMIREZ MEZZA (mediador) — Mais uma vez agradeço ao deputado pelo convite, agradeço também aos assessores, muito eficientes, conheço-os já de longa data (o Messias e a Márcia Ratti). Informamos que os palestrantes disporão de até quinze minutos para as suas respectivas apresentações. Após as palestras, teremos o debate com a participação da plenária. As perguntas, sugestões ou pedidos deverão ser feitos por escrito nas fichas que serão distribuídas pelo cerimonial. Sem mais delongas, convido, para falar sobre o tema “A Resposta Institucional do Estado: avanços, limites e desafios do Suas”, a secretária Taciana Afonso Silvestrine Arantes.

SENHORA TACIANA AFONSO SILVESTRINE ARANTES (secretaria executiva de Assistência Social — palestrante) — Como se sabe, o Sistema Único de Assistência Social foi instituído em nossa política em 2004, numa perspectiva similar à do SUS, com serviços tipificados, escalonados de acordo com o grau de complexidade. Antes, mudava o prefeito, mudava o serviço, o idoso ficava muitas vezes perdido. Para essa troca de nomenclatura, a Assistência Social foi então organizada, por meio de proteção social básica, de média e alta complexidade, e os serviços foram tipificados, de acordo com o seu tipo, público-alvo, etc. Antigamente o serviço ficava bastante confinado ao segmento, se era para idosos, era para idosos, se era para pessoas com deficiência, era só para estes, e assim para as crianças, etc., e nada havia voltado para a família como um todo, não existia um atendimento integral para a família — e aí entraram também os idosos. Em Mato Grosso do Sul, nós fizemos todo um levantamento junto aos municípios, nosso estado foi o primeiro a ter Centros de Referência de Assistência Social. Outra ferramenta importante é o Cras, a porta de entrada da assistência social, que fica lá no bairro, próximo das casas das pessoas em situação de vulnerabilidade, é ali que se faz o cadastro único, que se requer o BBC (Benefício de Prestação Continuada). Nosso estado é um dos primeiros a estar cem por cento coberto pelo Cras, hoje são 134 unidades; depois vieram os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). O Cras trabalha a proteção social básica, muitos deles ofertam o [projeto] Conviver, atividades voltadas para os idosos; muitas vezes está também vinculado ao Cras o serviço de convivência do idoso, como o CCI Vovó Ziza (que não fica dentro do Cras mas que é a ele vinculado). Desses centros de convivência que atendem a pessoa idosa, em Mato Grosso do Sul nós temos noventa e dois; então, além dos 134 Cras, são 92 desses centros, isto para serviços de proteção social básica. Quanto ao Creas, que atende situações de violação de direitos (maus tratos, etc.), são 75 unidades no estado, falta ainda chegar em sete municípios; ele pode ser acessado também pelo Disque 100. Os serviços de alta complexidade são direcionados para aqueles idosos que perderam os vínculos familiares, que perderam a autonomia: são as Instituições de Longa Permanência para Idosos, os ILPIs, ou Casa Lar, há também a República, que atende um grupo menor, com a supervisão de um técnico. Como eu disse na abertura, estou

participando de um GT nacional no qual estamos discutindo o reordenamento do acolhimento de idosos no Sistema Único de Assistência Social. E por quê? Porque como está hoje, esses serviços já não estão mais dando conta da demanda. Por que que nós citamos isso? Pelo seguinte; nos termos de cada tipificação, todo o serviço tem de seguir a equipe de referência presente na norma operacional básica de recursos humanos do Suas. Tomemos por exemplo uma entidade que preste determinado serviço e que queira contratar tal coisa... Você recebe recurso da Assistência Social? Sim? Então, qual é a equipe de referência? Esta você vai poder custear com recursos da Assistência Social. Isto porque a maior parte do atendimento de proteção social básica e de média complexidade é ofertada por serviços governamentais, e Cras e Creas, obrigatoriamente, são serviços governamentais, logo, quem tem de oferecê-los é a prefeitura, com cofinanciamento estadual. Quanto aos serviços do Conviver, dos Centros de Convivência e das unidades de acolhimento, estes podem também ser executados por rede parceira, ou seja, pelas organizações da sociedade civil (ONGs, OSCs). Já os serviços de alta complexidade, praticamente oitenta por cento deles são prestados por rede não governamental, o que é uma grande parceria para nós. As OSCs são ágeis na compra de insumos, na contratação emergencial de um profissional, enquanto que o aparato público é arrastado, burocrático, trabalha num ritmo muitas vezes incompatível com a necessidade de salvar vidas; muitas vezes a pessoa não pode esperar uma licitação, um processo seletivo, um concurso público. Então, gente, essa parceria com a rede não governamental é fundamental para garantir uma proteção social integral para as pessoas que precisam da política de assistência social. Não obstante, nós temos ainda diversos gargalos, principalmente na alta complexidade. Para as instituições de longa permanência, por exemplo, a tipificação nacional dos serviços traz o cuidador, traz o assistente social, psicólogo (há uma resolução elencando quais profissionais de nível superior podem atuar no Suas, e onde, em qual proteção social), isto e nada mais: eu não tenho um enfermeiro, eu não tenho auxiliar de enfermagem, não tenho nutricionista... Eu tenho o terapeuta ocupacional, que figura na Resolução 27 do Suas, já estamos adotando isso na ILPI, a coisa está mais rápida, mais célere, não depende mais de legislação. Só que essas instituições, para que possam desenvolver um trabalho a contento, precisam também desses outros profissionais. Diante da necessidade, as entidades acabam contratando, por exemplo, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, o que é um problema, pois, de acordo com a equipe de referência, eu só poderia ter cuidado. Quando esse profissional é desligado da instituição, o que que acontece? Uma enxurrada de processos trabalhistas. Daí resulta que essas instituições não estão mais aceitando acolher idosos com grau 3 de dependência — e não são só as instituições de longa permanência, as residências inclusivas que atendem pessoas com deficiência têm o mesmo problema. O remédio por enquanto é uma parceria entre Assistência Social e Saúde, e aí se disponibiliza uma equipe para estar lá atuando, de forma que a entidade acaba tendo esse apoio da gestão local da Saúde — uma vez por semana, ou a cada quinze dias, passa um médico, vai equipe de saúde da família, enfim, dá-se esse suporte. Isso, porém, geralmente não ocorre em municípios de maior porte, até por conta da demanda maior. Mas aí, gente, isso está virando uma bola de neve. Se, por um lado, vem aumentando a expectativa de vida das pessoas, o que é bom, por outro, o custo

também aumenta muito; assim, uma família que vive, por exemplo, com cinco salários mínimos, não consegue custear um acolhimento para idoso, não consegue custear um cuidador em tempo integral. Esses dias vi um professor dizendo assim: “Quem vai cuidar de mim? Eu sou viúvo, tenho duas filhas, cada uma tem a sua vida, com a minha aposentadoria eu não consigo pagar cuidador.” Ou seja, gente, os órgãos públicos têm de se preparar para enfrentar essa problemática. É por isso que eu apelo para que seja aprovado o um por cento da receita corrente líquida, da PEC 07, que tramita no Senado. Por favor, acompanhem nas redes sociais, sigam o Coegemas, a Sead, a gente vai divulgar, cobrem dos nossos senadores (houve deputado de Mato Grosso do Sul que votou contra); lutem por isso, porque esse recurso é que vai garantir serviços abertos; nós não estamos falando de programa social de transferência de renda, nós estamos falando de manter serviço aberto, estamos falando de instituições de longa permanência, que antigamente a gente conhecia como asilo (acho péssimo esse nome). Enfim, no GT nacional, o que estamos vendo é que essa assistência precisa se transformar, no mínimo que passe a ser um serviço híbrido, porque nós precisamos de equipe técnica da Saúde para assegurar vidas! Desculpe, Cris, estar citando vocês, mas a Sirpha tem uma mini-UTI lá dentro, e não é só a Sirpha, não, outras instituições do gênero também. Você vai desacolher a pessoa que está ali há vinte anos, vai simplesmente devolver para a família? Mas que família? Se ela está lá é porque muitas vezes não tem mais esse vínculo. É complicada a situação, gente, se faltar ao serviço dois, três dias, você está demitido; outra coisa que vem complicando muito a vida de famílias é essa necessidade muitas vezes de ter de acompanhar a internação do idoso em tempo integral, problema inclusive para as instituições de longa permanência. Porque essas instituições, além de tê-lo acolhido, quando esse idoso precisa ser hospitalizado, elas precisam tirar um profissional do seu quadro para ficar com esse idoso que está internado no hospital. Então repito, nós precisamos reordenar todos esses serviços, já estamos pensando em algumas estratégias nesse sentido para programas sociais, fizemos toda uma escala de vulnerabilidade para que consigamos dar essa assistência de forma mais célere, fizemos todo um mapeamento dessas famílias, discriminado quais estão e quais não estão sendo atendidas por programas sociais. Seja como for, em que pesem todas essas dificuldades, eu posso dizer que nós conseguimos avançar muito, porque antigamente, gente, cada um tinha sua base de dados: hoje nós conseguimos já integrar essas bases de dados, articular isso com outras secretarias, com outras esferas de governo e, com isso, estamos conseguindo atender mais e melhor essas pessoas, evitando duplicidade de atendimento. Mas claro, isso é um processo, a gente está nessa construção. Já tivemos a garantia do nosso governador Eduardo Riedel de que o seu governo vai priorizar a expansão dos Centros-Dia em Mato Grosso do Sul; quanto a isso, já estamos levantando os custos, vamos pedir o apoio dos nossos parlamentares na questão de destinação de emendas, o apoio dos prefeitos também. Porque precisamos implantar mais Centros-Dia; não sei se vocês têm ideia da quantidade de ocorrência de idosos se acidentando e indo parar na traumatologia, na ala ortopédica. Então esses Centros-Dia seriam para os idosos que realmente precisam, que têm algum grau de demência, que não têm condições de ficar sozinhos em casa e cuja família não tem como custear um cuidador; esse idoso ficaria

durante o dia no Centro-Dia e voltaria para a família à noite. Esta vai ser uma das prioridades da gestão estadual: expandir os serviços do Suas. Era isso. Obrigada.

SENHOR EDUARDO RAMIREZ MEZZA (mediador) — Agradecemos à palestrante Taciana Afonso Silvestrine, que nos trouxe elementos importantes para pensarmos em ações concretas, dos quais destaco um: a integração dos serviços. Quando estive em Brasília, visitei a Anvisa... Desculpem-me o termo, mas eu queria *enforçar* aquele povo! Aquela RDC [Resolução da Diretoria Colegiada], creio que a 285, fazia inúmeras exigências absurdas para ILPI, que ninguém no Brasil conseguia cumprir; o Ministério Público, coitado, teria que fechar tudo, e ia-se fazer o que com as pessoas idosas? Então, há demandas que não são da Assistência, que são da Saúde, que precisam ser assumidas pela Saúde. Convido agora para falar sobre "Políticas para a Pessoa Idosa: identificação, notificação e resposta institucional" a senhora Larissa Diniz Paraguassu, subsecretária de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa. Jornalista e também especialista em gestão de projetos, representa ela o estado na Rede Nacional de Gestores Estaduais de Direitos Humanos da Pessoa Idosa, integra ainda o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e o Conselho da Fundação Barbosa Rodrigues. A palestrante disporá de quinze minutos.

SENHORA LARISSA DINIZ PARAGUASSU (subsecretária de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa) — Boa tarde. Eu sou Larissa Paraguassu, mulher preta, cabelos crespos caindo acima dos ombros, uso óculos, visto uma blusa de cetim bege e calça pantalon, bege também, num tom mais claro. É uma alegria participar deste momento, de um espaço já consolidado de diálogo e de fortalecimento das políticas públicas para as pessoas idosas no Estado de Mato Grosso do Sul. Eu trago hoje um pouquinho da construção de todo esse processo que viemos fazendo ao longo do Junho Prata. Este é também um momento para refletirmos sobre a consolidação do enfrentamento das violências, tornando-o uma pauta permanente em nosso estado. O "Envelhecer é Legal" é um programa de Estado que foi instituído com o intuito de organizar as ações executadas pela Subsecretaria de Políticas Públicas para as Pessoas Idosas no período de 2023 a 2026. O programa está estruturado em três eixos de atuação (marco normativo e institucional; sensibilização, educação e formação; e intergeracionalidade) e constitui uma estratégia do Estado para organizar e apoiar as ações empreendidas pelos municípios. Seguindo o eixo *marco normativo e institucional*, nós publicamos um plano de metas a ser executado. No eixo *sensibilização, educação e formação*, trazemos toda a capacitação às redes de proteção da pessoa idosa, de forma a estruturar as redes municipais, fortalecer os conselhos e trabalhar a temática do envelhecimento humano nas redes de ensino. O eixo da *intergeracionalidade* vem se firmando como uma potente política pública de enfrentamento à violência e ao idadismo. O Junho Prata deste ano perpassou esses três eixos do "Envelhecer é Legal"... Aliás, é de assinalar que o Junho Prata não está acontecendo apenas no mês de junho, trabalha-se muito mais tempo nele, e é uma tarefa levada a cabo por muitas mãos, com a ajuda de muitos parceiros, muitas instituições — nós temos uma rede estadual de enfrentamento ao idadismo, composta por instituições governamentais, não governamentais e sociedade civil. Com o apoio dessa rede,

estruturamos as ações do Junho Prata e iniciamos o processo de municipalização no 1º Fórum Conectando Gerações, em que abordamos temáticas já demandas pelos municípios, ajudando-os a ver como que eles, na prática, poderiam executar ações intergeracionais. No âmbito desse programa, nós propusemos a construção conjunta do Junho Prata, trazendo isso para dentro do fórum, que contou com a participação de mais de trinta municípios. Foi, portanto, uma construção coletiva e de grande adesão, de grande mobilização, de modo que a nossa campanha foi se fortalecendo conforme íamos realizando o atendimento personalizado de cada um desses municípios, considerando suas respectivas especificidades, demanda aliás que eles próprios já tinham apresentado no Fórum Conectando. Segundo esse processo, passamos então para a segunda fase desse atendimento personalizado, que consiste em atender virtualmente os grupos, com o objetivo de traçar as diretrizes de atuação no Junho Prata. Alguns municípios, é fato, tiveram um pouco de dificuldade de entender de que maneira poderiam pôr em marcha tais ações, diante do que nós da subsecretaria procuramos fazê-los ver que o enfrentamento à violência não deveria ficar restrito a junho, que não se trata de um mês de comemorações, que é um mês de conscientização de toda a sociedade. Porque é muito fácil falar desse assunto com vocês 60+, mas na realidade quem mais precisa ouvir sobre os direitos das pessoas idosas são justamente os que cometem violência contra elas. Foi, pois, uma construção muito rica junto aos municípios, que começaram a entender que é preciso ir fundo na temática, que é preciso sensibilizar outros públicos, etc. Então, gente, toda essa mobilização da nossa rede estadual, junto com parceiros, deu frutos, tivemos aí uma adesão, no mês de junho, de 73%, tivemos mais de sessenta municípios realizando ações de enfrentamento da violência e do idadismo, do preconceito etário. Junho foi então um mês de muita escuta, formação e planejamento, lembrando que a política pública para a pessoa idosa não se restringe à questão da assistência, à questão da cidadania, ela implica também educação, segurança pública, esporte, cultura, lazer. Então, quando se fala em estruturação das redes municipais, estamos falando de chamar os diversos atores implicados na questão, para que a política seja de fato efetiva e seus resultados se façam sentir muito mais em termos de prevenção da violência. Ou seja, o Junho Prata funciona como símbolo unificador, mas nós já vínhamos nessa discussão desde o início do ano. Dessa escuta qualificada do município, que é onde a política realmente acontece, surgiram várias demandas com base nas quais fomos nos estruturando; lançamos, por exemplo, o workshop "Envelhecer é Legal", onde trazemos o Estatuto da Pessoa Idosa, onde abordamos o tema do enfrentamento da violência contra o idoso, o tema do idadismo e o funcionamento dos conselhos. A partir disso, fizemos uma parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e com a Escola de Governo, sendo que ontem iniciou o primeiro módulo desse ciclo de workshops, onde trazemos o "Estatuto da Pessoa Idosa I"; possivelmente, daqui a quinze dias, teremos o "Estatuto da Pessoa Idosa II". A presença da *intergeracionalidade* no Junho Prata já era um apelo antigo nosso, do Fórum Conectando Gerações, no qual se frisa a importância da presença do tema do envelhecimento nas redes de ensino, nas discussões familiares, na sociedade como um todo — os municípios aderiram, mais de vinte fizeram diversas ações no âmbito da intergeracionalidade. A intenção era trazer imagens ilustrando um pouco do que estou dizendo, mas isso não foi possível diante das regras do período eleitoral (no final da

apresentação eu vou deixar o contato da subsecretaria e, assim, quem quiser poderá ter acesso a esse rico material). A gente fala que a *intergeracionalidade* é o carro-chefe dos nossos projetos, porque a gente realmente acredita na potência dessa arma no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. Estamos também trabalhando transversalmente com a Subsecretaria de Políticas Públicas para a Juventude e com a SETDIG [Secretaria-Executiva de Transformação Digital] na tentativa de encontrar soluções que nos ajudem a mitigar as violações digitais (financeira e patrimonial) que têm vitimado muitos idosos, outra temática que também abordamos no Junho Prata; estamos pensando enfim em estruturar o projeto Conectando Gerações de forma que possamos atuar junto ao jovem e ao idoso (unidos pela tecnologia). Nesse sentido, o tema da campanha nacional é justamente "Tecnologia e Ancestralidade no Enfrentamento às Violências contra as Pessoas Idosas". Muitos se perguntam o que tem que ver tecnologia com ancestralidade. Pois bem; no lançamento da campanha eu vi uma reflexão muito interessante, segundo a qual temos a IA, de Inteligência Artificial, e temos a IA de Inteligência Ancestral, a ancestral nos diz quem somos, a artificial aonde queremos chegar, quer dizer, uma não caminha sem a outra. E aí, para este momento, eu gostaria de convidar, para falar um pouquinho, o subsecretário Jessé, para apresentarmos uma cartilha produzida junto com a SETDIG, mais uma ferramenta no enfrentamento das violências digitais.

SENHOR JESSÉ FRAGOSO DA CRUZ (subsecretário de Políticas Públicas para Juventude) — Gente, boa tarde, é uma alegria estar aqui com vocês, sei que nosso tempo já está findando, então vou ser muito cirúrgico aqui. Primeiro gostaria de assinalar algo que me parece muito importante, que é o seguinte. Sempre que tenho que falar sobre o Conectando Gerações, eu evoco um poeta da literatura periférica que diz que "a vida é escada, ela não é elevador", e se é escada a vida, então todas essas políticas significam que estamos galgando mais um degrau. Mas antes de falar especificamente da cartilha, de tudo que o Conectando Gerações está fazendo e aonde estamos chegando, é importante não perder de vista que, embora estejamos vivendo num ambiente acelerado, tecnológico e inovador, o que é maravilhoso, isso tem vários efeitos colaterais. Estamos decerto conectados com o mundo, principalmente a juventude, mas muitas vezes estamos desconectados daqueles que estão mais próximos, num distanciamento que traz diversos malefícios para a sociedade, sobretudo para a pessoa idosa, num distanciamento que nos leva a acreditar que tudo aquilo que é velho não tem valor, é descartável, indigno; é um processo que gera muita impaciência, que, como se sabe, é uma estado de espírito que está na raiz de muita conduta violenta. O Conectando Gerações nasce justamente para trabalhar essa intergeracionalidade, é uma política (é uma satisfação poder dizer isso) que está chegando nos setenta e nove municípios por meio da formação dos grêmios estudantis; para quem não sabe, nós realizamos a formação dos grêmios estudantis em todos os municípios do estado, nas 345 escolas que têm grêmios ativos, e os gremistas estão recebendo esse material, participando de formação, para justamente trabalhar a intergeracionalidade no âmbito escolar e também com as suas respectivas famílias. Vale ressaltar que o Conectando Gerações entra também num outro projeto, o "Intervalo da Cidadania", que já está presente em vinte municípios e também na rede estadual de

educação. De sorte que todo esse movimento trabalha priorizando a prevenção, para que crianças, adolescentes e jovens entendam que o idoso é também um ser humano digno de respeito e admiração — é por essa dignidade humana que a gente luta diariamente. Nesse contexto da intergeracionalidade, a cartilha trabalha o letramento digital, buscando orientar os jovens, dando-lhes dicas de como ajudar esse público, de como participar dessa campanha de esclarecimento. A gente costuma dizer que o Conectando Gerações é um projeto do coração, é um projeto poético (se bem que toda política pública traz com ela algum grau de burocracia, o que é natural). Enfim, é um projeto poético, é um projeto robusto, que nos tem abrilhantado os olhos, são várias ações, vários movimentos que temos feito com a juventude, com idosos, ressaltando e valorizando as múltiplas capacidades, tanto de jovens como de idosos. Agradeço então pela parceria, Larissa, por podermos desenvolver um projeto, porque pensar política da pessoa idosa também é pensar juventude. Muito obrigado.

SENHORA LARISSA DINIZ PARAGUASSU (subsecretária de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa) — Essa cartilha está sendo lançada em primeira mão aqui, com vocês, posteriormente faremos um trabalho metodológico junto aos municípios; precisamos ver como que vamos trabalhar essa cartilha, o intuito é que esse trabalho de independência digital aconteça de forma intergeracional, para que consigamos promover essa conexão entre a juventude e o público idoso, acreditamos que é uma importante ferramenta nessa luta nossa para fazer cessar ou diminuir essa onda de violação de direitos, de golpes digitais que vem vitimando muitas pessoas idosas. A cartilha, como disse, faz parte do projeto Conectando Gerações, contemplando os eixos do programa "Envelhecer é Legal". A cartilha está dividida em duas partes, há o caderno do aluno e o caderno do professor, há portanto orientação para quem está aprendendo e para quem está ensinando. Por enquanto veio só a parte do aluno, mas nós vamos disponibilizar na íntegra a cartilha, vamos também informar como ficará essa metodologia, vamos decidir isso com os municípios. Enfim, mas aquelas instituições que têm interesse na cartilha podem entrar em contato conosco, que nós vamos discutir e adotar o melhor método para trabalhá-la. Está tudo muito didático, e aqui quero agradecer imensamente à equipe da SETDIG, que veio prestigiar nosso evento, eles foram fantásticos, tiveram a sensibilidade de entender a proposta e o propósito do Conectando Gerações. Bom, era isso. Eu gostaria de agradecer imensamente a todos os envolvidos na construção do programa "Envelhecer é Legal", envolvidos na execução das ações do Junho Prata, não vou citar nomes para não deixar ninguém de fora, mas todos sabem a quais instituições me refiro; foi de fato uma construção conjunta, mais de trezentas ações no estado, e acredito que a gente vem, sim, fortalecendo essas redes, ampliando os canais de denúncia, temos enfim avançado nas políticas públicas. Muito obrigada.

SENHOR EDUARDO RAMIREZ MEZZA (mediador) — Agradecemos à palestrante Larissa Paraguassu. Estadualizar essas ações é realmente um grande desafio, porque há políticas públicas que são necessariamente da responsabilidade do Municípios, não adianta o Estado querer fazer, assim como há necessariamente outras de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 11º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA
REALIZADA EM 08/07/2026**

responsabilidade do Estado. O grande desafio do Estado, portanto, e este seminário é estadual, é como pensar ações que ele, Estado, possa desenvolver. Eu até ia lhe fazer essa pergunta mas você já respondeu. Muito obrigado. Convido agora, para falar sobre o "Diagnóstico da Violência no MS: dados, invisibilidade e necessidades intersetoriais", o professor doutor Ramon Moraes Penha, meu colega, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ele é enfermeiro, com especialização em Gerontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, é mestre e doutor em Ciências; e coordena o ambulatório de Gerontogeriatría e Cuidados Paliativos da UFMS desde 2018. O palestrante disporá de quinze minutos.

SENHOR RAMON MORAES PENHA (professor da UFMS) — Boa tarde. Eu me chamo Ramon, tenho 44 anos, tenho 1,77, cabelos agrisalhados, visto um casaco preto de couro, camisa cinza. Meus cumprimentos, querido Eduardo, bom vê-lo aqui; meus cumprimentos a todos. Agradeço também àqueles que nos assistem pelos canais de comunicação da ALEMS, e obrigado ao vocês, heróis da resistência, que ficaram conosco até agora, sobretudo àqueles que vieram do interior. Vamos lá. Eu trago alguns dados da violência em Mato Grosso do Sul, obtidos de fontes nacionais e estaduais. O fato é que já erigimos um alicerce importante de proteção às pessoas idosas. Como veem [no eslaide], em 2003 temos o advento do Estatuto do Idoso, sobrevêm suas atualizações e, em 2018, cria-se o Junho Prata aqui no estado. Um dado que nos chama a atenção é que Mato Grosso do Sul abriga pouco mais de 400 mil idosos. Parece e é muito, considerando o tamanho do estado; só que esse contingente não está distribuído uniformemente pelos municípios. Vocês sabem qual é o município mais velho do estado?... Vicentina. Vinte e um por cento da população de Vicentina têm acima de sessenta anos, hoje há mais pessoas lá completando sessenta anos que bebês nascendo: essa é mais ou menos a realidade de todo o estado. O dado a seguir [próximo eslaide] nos mostra um paradoxo: se por um lado a violência letal caiu quase 41%, em contraste, houve uma explosão de mais de 200% da violência não letal. Isso tem que ver diretamente com a interligação dos sistemas de notificação e com o consequente aumento no número de notificações. É preocupante a situação? É, mas lembrem-se que do caos é que nasce a ordem. Vemos a seguir [próximo eslaide] que Mato Grosso do Sul liderou em 2024 o *ranking* da violência não letal, números da plataforma nacional; chegamos a quase 311 notificações por grupo de 100 mil habitantes, o que, em relação aos demais estados da federação, é um número bastante expressivo, quatro vezes maior que a média nacional. Isto quer dizer que os sistemas de notificação estão funcionando, isto quer dizer que as denúncias estão chegando, soou o primeiro alerta, a nossa população tem denunciado. Agora o desafio é fazer o que estamos fazendo aqui: precisamos acomodar essas notificações em estratégias resolutivas. Como vinha dizendo, a vinda à luz desses números quer dizer que o silêncio está sendo quebrado. Em média [próximo eslaide], são feitas cinco notificações/dia de violência contra a pessoa idosa (gravem esse número, que ele é muito importante). Se formos olhar para a distribuição desses números considerando as macrorregiões, claro que Campo Grande desponta no número de notificações, seguida de Dourados, Corumbá e Três Lagoas (eu precisei resumir, mas tenho dados de todos os 79 municípios). Vejamos como estão esses números,

considerando os tipos de violência [próximo eslaide]. Observem que 41% das denúncias são de negligência (omissão, abandono, etc.); violência psicológica responde por 24% das notificações; 20%, abuso financeiro; 12%, violência física; e 2%, violência institucional. Vejam que a negligência e a violência psicológica, que são invisíveis, somadas, respondem por 65% das notificações... Mas eu posso afirmar para vocês: elas são invisíveis para o Estado, em termos de notificação, mas não o são para a comunidade em torno, para aquele vizinho; são invisíveis para a estatística, mas sensíveis no dia a dia, na convivência, nos espaços comuns. A nossa sociedade está vivendo na verdade um estelionato senil, que não quer dizer só roubo financeiro, é roubo também da dignidade, da autonomia, da independência, os bens mais preciosos que um ser humano pode desejar: gravem bem esses dois conceitos, autonomia e independência, que são muito preciosos para nós. E, gente, quanto mais tolhidas a autonomia e a independência, tanto maior será a necessidade de suporte, seja do Estado, seja da família, seja de OSCs... Bom, e aí nós temos também o "Rosto da vulnerabilidade" [próximo eslaide]: mulheres representam 67% das vítimas. Ou seja, a desigualdade de gênero é uma realidade que bate à porta de todo mundo. Outro problema, o da pirâmide etária: pessoas mais longevas sofrem mais violência, sobretudo aquelas com comorbidade. E a terceira face do rosto da vulnerabilidade, o grau de instrução; os idosos menos instruídos são os que mais sofrem violência, mulheres não escolarizadas vivem 8,2 anos menos do que as escolarizadas. Na minha vida, oito anos fazem muita diferença, e na vida de vocês?... E chegamos ao "Inimigo íntimo [eslaide]." As vítimas, principalmente mulheres acima de setenta anos, que são mais dependentes de cuidado, são agredidas em casa (81% dos casos). O agressor geralmente é um adulto na faixa de 41 a 60 anos (não exclusivamente, mas principalmente). Qual seria a nossa estratégia, enquanto sociedade civil organizada, para combater o inimigo íntimo?... Enfim, são muitos pontos a atacar; em todo caso, diante de tudo que foi exposto até aqui, eu entendo que vai ser necessário reconstruir um novo "ecossistema de proteção estadual [eslaide]" da pessoa idosa. Eu usei o termo ecossistema, porquanto estamos diante de órgãos e entidades que se movimentam, que se movimentam em tempo real, porque a violência não descansa, ela é contínua, inexorável, ininterrupta. A ideia vem mais ou menos do conceito de sistema de informação (agora estamos trabalhando em um *dashboard* de metadados, guiados por inteligência artificial), a ideia é montar um ecossistema em que os serviços se comuniquem via notificação compulsória, um ecossistema que nos permita traçar com segurança o perfil desse idoso típico vítima de violência. Dias atrás foi deflagrada a "Operação Virtude [eslaide]", conduzida por uma força-tarefa nacional, que resultou em 542 prisões e na apuração de mais de quatro mil denúncias. Isso é importante? É. Mas é diagnóstico. Não é remédio. A seguir temos um resumo do cenário sul-mato-grossense [próximo eslaide]. Temos, como já assinei, um alto número de denúncias de violência não letal, o que no entanto fica meio ofuscado pela queda nos homicídios; o alvo geralmente são mulheres, sobretudo acima de sessenta anos; e fica a necessidade de implementar um ecossistema estadual de proteção das pessoas idosas. Termino evocando o artigo terceiro do Estatuto do Idoso: "A obrigação de zelar e resguardar os direitos da pessoa idosa é da família, da comunidade, da sociedade e do poder público." Era isso, obrigado, presidente.

SENHOR EDUARDO RAMIREZ MEZZA (mediador) — Agradecemos ao professora Ramon, que trouxe aspectos centrais da questão. Eu gostaria de saber do Ramon (ele responde depois) se haverá alguma articulação do nosso observatório com algum outro; pergunto isso porque, para fazer uma política pública boa, a gente precisa de dados, esse é um grande desafio em qualquer área, e via de regra esses dados estão esparsos, de forma que é uma iniciativa muito importante. Aqui em Campo Grande mesmo, né? Maria Neide, há casos de pessoas que tiram da cartola um projeto de lei, porque viu não sei onde, dentro ou fora do país, uma ideia "maravilhosa", porém fora da realidade, o que é péssimo — situação que depõe inclusive sobre a própria arte de fazer política. Em suma, ter dados é fundamental; o estatuto é um grande guia para o estabelecimento de políticas, mas a gente precisa de dados concretos de cada localidade. Convido agora, para falar sobre casos concretos de violação decorrentes da desarticulação institucional, o defensor público Marcelo Marinho da Silva, coordenador do Núcleo de Família e Sucessões da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul; graduado em Direito pela Unigran/Dourados e pós-graduado em Direito Processual Civil pela Unigran/Campo Grande. Aprovado no concurso público da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul em 1998, atua na 10ª Defensoria Pública de Família de Campo Grande. O palestrante disporá de quinze minutos.

SENHOR MARCELO MARINHO DA SILVA - (defensor público e coordenador do Núcleo de Família e Sucessões da Defensoria Pública de MS) — Boa tarde. Eu tenho 1,72 m, peso 74 quilos, cabelos negros (com alguns fios brancos já despontando), trajo terno cinza e sou muito bonito [a plateia ri] (me desculpem, mas na autodescrição a gente tem que ser honesto)... Bom, coube a mim falar um pouco de casos concretos, um pouco da prática do trabalho feito em face das violações dos direitos da pessoa idosa, se bem que fazer isso em quinze minutos é praticamente impossível. Começo citando um deles, bastante representativo do que temos enfrentado em nosso dia a dia da atividade forense, o caso de uma filha indignada com o Estado, que se recusava a internar a sua mãe, sonhando-lhe um envelhecimento digno. Essa filha então discutiu com todo mundo, muito embora os laudos apontassem que não havia a necessidade daquela internação. Diz ela: "Olha, eu preciso, porque lá a minha mãe teria acompanhamento diário e eu não tenho tempo, eu tenho outras inúmeras responsabilidades, vários afazeres, e a minha mãe precisa ter esse direito observado." É o tipo de reação que acontece muito, e a pessoa idosa fica assim como algo descartável. Será que essa filha estava mesmo buscando resguardar os interesses da mãe ou quem sabe facilitar a própria vida? Quando ela diz que tem inúmeras obrigações, inúmeras responsabilidades, será que ela não esqueceu que é também responsabilidade dela cuidar da mãe idosa? Pois é isso que diz a Constituição, no artigo 230; vejam que a gente costuma apontar as falhas do Estado, o Estado não presta um bom serviço, o Estado deixa de acolher, mas a gente esquece que a Constituição fala que o primeiro responsável por garantir os direitos da pessoa idosa, por proteger a pessoa idosa das potenciais violações é a família; depois vem a sociedade e, por último, o Estado. De forma que entre esses problemas concretos, vamos encontrar falhas da família, falhas nossas enquanto sociedade. Portanto, senhores, para avançarmos nessa discussão, é

preciso ter em mente essa dura verdade, porque a gente que trabalha na área sabe que as maiores violações ocorrem na família: é violência patrimonial, é violência financeira, é violência física, psicológica. Então é preciso que haja como que uma mudança de mentalidade... Claro, a gente sabe que há famílias que de fato não têm renda suficiente, a gente sabe que existem situações mais delicadas que precisam de um acompanhamento médico permanente, que requerem um cuidado específico, e aí sim o Estado tem de socorrer — mas o que mais se observa, de fato, é que esses casos que deveriam ser exceções parecem que são a regra. O resultado é que muitas famílias acabam não fazendo o mínimo de esforço para acolher os seus idosos, para os manter num ambiente de cuidado, de amor, de fraternidade, famílias que logo na primeira dificuldade já querem a internação, já querem transferir essa responsabilidade. Então precisamos fazer essa reflexão, porque se pretendemos que o Estado dê conta de acolher os idosos de todas as famílias, nós vamos nos frustrar, porque a conta não fecha, não vamos alcançar isso nunca. O que se vê muitas vezes, no dia a dia das instituições que atuam na defesa, na proteção da pessoa idosa, é um jogo de empurra-empurra. Quantas e quantas vezes a gente vê uma pessoa idosa que foi violentada nos seus direitos mais de uma vez, isso acontece muito; primeiro a pessoa é vítima de uma armadilha financeira, depois ainda sofre numa verdadeira peregrinação pelos órgãos públicos para tentar reverter parte do prejuízo. Esta é uma provocação que eu gostaria de deixar (as perguntas estão chegando na mesa, depois vamos aprofundar o debate), uma provocação para dizer que a missão é árdua, é longa, não é das mais fáceis. De qualquer forma, esse trabalho que vem sendo desenvolvido aqui ao longo dos anos, de todos que estão envolvidos nessa temática (muitos desanimam no caminho, parece que as coisas não evoluem), haverá de dar seus frutos, e já está dando. A coisa evolui, sim, só que não com a velocidade que gostaríamos. O processo está avançando, tanto que hoje mais e mais instituições estão se ocupando de alguma forma da proteção dos direitos da pessoa idosa. Então, gente, a palavra que eu lhes deixo é de incentivo, vamos continuar nessa luta, vamos continuar mobilizados, o cobertor dos recursos é curto, mas não nos resta outra saída senão continuar lutando. A questão dos números é importantíssima para sabermos até que ponto podem ir as nossas reivindicações, até aonde podem ir as políticas públicas, precisamos desses números para nos situar, para ficarmos mais preparados para tentar resolver essa problemática das pessoas idosas. Eu vi um dado que me deixou um tanto cético com a humanidade. O período em que mais houve agressão, violação aos direitos da pessoa idosa foi durante a pandemia; isso ocorreu justamente porque nesse período os idosos estiveram mais próximos dos seus, das suas famílias. Era isso, obrigado.

SENHOR EDUARDO RAMIREZ MEZZA (mediador) — Agradecemos ao doutor Marcelo Marinho da Silva. Vamos então recompor a mesa. Convido para compor a mesa a Taciana Silvestre, a Larissa Paraguassu, o professor doutor Ramon Penha, o defensor público Marcelo Marinho da Silva e, representando o deputado Renato Câmara, que teve de atender a uma agenda externa, a Márcia Ratti, minha amiga. Bom, em 2011, 2012, surgiu uma preocupação para mim; um professor, doutor em Comunicação, da UFMS, que me procurou (eu trabalhava na Pró-Reitoria de Extensão) para tirar algumas dúvidas

sobre um edital. Não eram algumas dúvidas, eram todas. Diz ele: “Eu não entendo esse linguajar das leis, essa coisa de artigo, inciso, parágrafo, nada”. Aí eu pensei comigo, se uma pessoa instruídíssima não está conseguindo entender, o que esperar então dos nossos idosos, muitos dos quais semialfabetizados, com pouca leitura. Levados então por essa preocupação, nós viemos trabalhando há algum tempo para tirar do caminho essa dificuldade. Eu tenho um projeto na universidade que se chama “Compartilhando Saberes entre Gerações”, no âmbito do qual fizemos várias discussões, sobretudo ao longo do último ano, e o resultado desse processo foi a produção de um material para disseminar, para vulgarizar o conteúdo do estatuto, em termos mais palatáveis, considerando nosso principal público-alvo. Esse material vai estar disponível para vocês que estão aqui representando os municípios, não tenho exemplares suficientes para todo mundo. Cada representante vai ficar com um conjunto, são duas cartilhas, tivemos que fazer em dois volumes porque o texto ficou grande. A gente fez o seguinte procedimento, com as pessoas idosas e com os jovens; dividimos o estatuto em nove partes e resumimos o texto em trechos diretos, sem citar artigo, inciso, parágrafo, sendo que desse texto direto nós destacamos palavras (construímos um caça-palavras). Aqui nesses dois volumes estão do primeiro ao último artigo do Estatuto da Pessoa Idosa, traduzidos numa linguagem mais simples, sem porém negligenciar o espírito da lei. Depois disso fizemos outro trabalho, uma espécie do jogo dos sete erros; ali narramos situações concretas (hipotéticas) que podem acontecer em filas, em supermercados, no Creas, no condomínio, várias situações enfim de violação de direitos — para a pessoa ler e identificar onde que está a violação, com um gabarito no final. Para essa redação nós convidamos um grupo de estudiosos para que escrevessem pequenos textos, pé no chão, num linguajar de divulgação científica, para que qualquer um leia e compreenda (não artigos, naquele molde acadêmico), texto simples mesmo — e conseguimos. Aproveito então para agradecer aos seguintes colaboradores: a Suzi; o professor Thiago Duque, pesquisador da Sociologia; a professora Rose Miriam Aparecida Manuel Seixas, que está aqui presente, pesquisadora da área da psicologia; o professor Marcelo Vítor da Rosa, pesquisador da área da educação, por coincidência meu orientador no doutorado; a Sandra Rabelo de Farias, assistente social e membro da SBGG [Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia] e do Conselho Nacional da Pessoa Idosa, uma das criadoras da Unati [Universidade da Terceira Idade]/Uerj; a Juliana Cristina Duarte, formada em Ciências Sociais pela UFMS, com mestrado em Antropologia (está terminando o seu doutorado lá federal de Santa Catarina); a Carla Cristina Jacomin, que foi presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, médica geriatra que atua em Belo Horizonte; a Sandra Regina Gomes, que foi coordenadora da Política Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, fonoaudióloga e gerontóloga, com mestrado em Gerontologia (está terminando o doutorado na UNB; mora em São Paulo); e a Karen Garcia Farias, comunicadora que tem uma trajetória na área do envelhecimento (escreve um blog, seus artigos são excelentes para trabalhar em sala de aula o tema da intergeracionalidade). Eu me atrevi e também escrevi um texto... Enfim, são textos muito bons, espero que esse material tenha boa acolhida por parte de vocês, espero que ele seja usado nos seus respectivos trabalhos, nas suas residências, nos seus afazeres, com netos, com filhos, com sobrinhos. O texto está disponível para download, eu tenho também em PDF, quem quiser



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 11º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA
REALIZADA EM 08/07/2026**

é só me mandar um e-mail, meu endereço é eduardo.ramirez@ufms.br. Está disponível também na Editora Oeste, impresso. Feito o lançamento, faço de público um agradecimento especial à minha equipe (são vários idosos, vários jovens, não vou nominar), que me ajudou a fazer esse material. E vamos em frente.

SENHORA MARCIA TERESINHA RATTI (assessora de gabinete parlamentar) — Boa tarde, parabéns a todos que aqui estão, a presença de cada um de vocês é muito importante, tê-los aqui é muito gratificante. Eu peço desculpas àqueles que nos encaminharam perguntas sobre moradia, essas perguntas não vão poder ser respondidas por ora (podem ser respondidas depois, temos o contato de cada um), porque não temos na mesa nenhum representante da Habitação; temos também questões sobre saúde, que ficam na mesma situação. As demais perguntas, nove, são dirigidas à Assistência Social, todas elas indo mais ou menos na mesma linha. Uma questão é: “O que a Assistência Social vai fazer para o atendimento aos idosos em situação de vulnerabilidade (deficientes, acamados, etc.), quais serviços serão ofertados e quantos equipamentos do Suas, para idosos que não têm família ou cujas famílias estão sobrecarregadas com os afazeres da vida diária e não têm tempo para eles, serão financiados pelo Governo do Estado (a exemplo do que ocorre em Chapadão), de forma a absorver essa demanda?” Outra: “Quais investimentos serão feitos nos conselhos municipais da pessoa idosa pelo Estado de Mato Grosso do Sul?” A gente sabe que as pastas da Assistência e da Cidadania compartilham essa responsabilidade... Taciana, a palavra está com você.

SENHORA TACIANA AFONSO SILVESTRINE ARANTES (secretaria executiva de Assistência Social — palestrante) — Só complementando a minha apresentação, no que tange ao impacto do um por cento da receita corrente líquida. Para vocês terem uma noção, hoje o cofinanciamento federal para os 79 Municípios e Estado (porque temos também execução direta) gira em torno de 48 milhões; com o um por cento, nós passaríamos desse valor para 341,1 milhões, o que corresponde a um incremento nessa política pública de mais de 611%. Isto considerado, é preciso ver que dentro da tipificação dos serviços há um serviço extremamente importante, só que ele estava congelado. Digo congelado, porque os municípios estavam tentando manter abertas as portas do Cras... O Governo Federal hoje passa em torno de R\$ 4,5 mil por mês para os municípios de pequeno porte, para que seus Cras continuem de portas abertas. Lembrando que um Cras tem de ter assistente social, psicólogo, equipe complementar, isto para ofertar pelo menos três serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, seja para idoso, criança ou pessoa com deficiência, esta é a realidade hoje do Sistema Único de Assistência Social. O serviço importante a que me refiro chama-se “Serviço de Abordagem no Domicílio”; segundo a tipificação nacional, esse serviço é voltado para pessoas com deficiência e idosos, para dar suporte para a família, para fazer esse acompanhamento das famílias, para fazer essa visitação, orientar, para evitar a questão da institucionalização, a questão da violação de direitos, para dar acesso a benefícios. Hoje estamos fazendo todo um levantamento de dados, estamos fazendo uma busca ativa, procuramos identificar e orientar pessoas com deficiência, idosos, que poderiam estar recebendo BPC e nem sabem

que isto é possível. Mas ora, como que a gente vai exigir que o município amplie sua equipe técnica com um recurso desses? Nesses quatro últimos anos, o cofinanciamento do Governo do Estado para os 79 municípios passou de 22 para 36 milhões, quase 60% de reajuste. Mas nós estamos enxugando gelo, e isso vai continuar assim enquanto não conseguirmos mobilizar todo esse aparato de política pública. Um professor meu sempre dizia: “Não existe política pública sem orçamento”... Lembro da primeira vez que o pessoal do conselho do idoso me procurou: “Ajude a gente a implantar o fundo do idoso”... Primeira coisa, antes de pensar em fundo: de onde vai sair o dinheiro? É o mais importante, senão vocês vão ter um fundo vazio, conta zero, que não vai servir para nada. Como eu disse, está sendo rediscutida em nível nacional a tipificação nacional dos serviços; foi instituída a “Política Nacional do Cuidado”, que traz uma integração maior entre as políticas públicas voltadas para esse grupo social. Mato Grosso do Sul está analisando a possibilidade de aderir à “Política Nacional do Cuidado”. Eu fico sempre com o pé atrás com essas boas intenções, porque afinal de contas qual é o recurso que vem para o fundo, com a adesão à política nacional do cuidado?... A resposta: por enquanto, zero... “E vocês têm quarenta dias para entregar o plano”, disseram... Mas como que eu vou fazer uma adesão em final de gestão? Por mais que o governador seja candidato à reeleição, é final de gestão, eu tenho que pensar como gestor público; eu tenho que analisar, tenho que deixar tudo organizado para uma eventual transição, mesmo que venha o mesmo gestor — porque será necessário fazer todo um reordenamento. Mato Grosso do Sul foi inclusive convidado por conta do “Cuidar de Quem Cuida”, já citado aqui, o programa tem vários beneficiários, é direcionado a pessoas com deficiência grau 2 e grau 3 de dependência — o que não quer dizer que não atendemos idosos também. São já mais de setecentas famílias contempladas que têm pessoas idosas com essa necessidade, muitas vezes mais de um; mas claro, tudo isso vai depender de laudo. Enfim, nós estamos reordenando os programas sociais. Tomemos, por exemplo, o “Cuidar de Quem Cuida”. Hoje, a partir do momento do óbito, o cuidador é desligado do programa e perde o BBC; considerando isso, nós estamos pensando num período de proteção social, num período de transição para esse cuidador, em melhorar a equipe técnica, em dar suporte para as famílias beneficiárias do programa. Em suma, são essas ações que estamos entrevendo, inclusive para essa política nacional do cuidado. A ideia é então dar um suporte melhor e ampliar a oferta de serviços por meio do Centro-Dia, que seria o carro-chefe, evitando-se com isso a chamada institucionalização. O pessoal do Conselho Estadual do Idoso participou das últimas reuniões da Sipi [Sistema de Informação da Pessoa Idosa] para fazer toda uma mobilização dos gestores, para despertar para a importância de ter o conselho de defesa da pessoa idosa no seu território — se bem que essa pauta está mais vinculada à Secretaria estadual de Direitos Humanos, que é a do Ben-Hur, mas não deixa de ter a ver com a nossa secretaria, e aí a gente trabalha em conjunto. Mas eles estão inclinados, sim, a dar esse suporte para os municípios, para que cada um constitua o seu Conselho Municipal de Defesa das Pessoas Idosas. O que muitas vezes constitui uma dificuldade, principalmente para os municípios maiores, é a questão da composição desses conselhos, já que é um número tão grande de conselhos, que muitas vezes isso acaba sobrecarregando a representação — mas é isso, isto está no radar, os gestores da Assistência Social são muito parceiros nessa pauta da política do



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 11º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA
REALIZADA EM 08/07/2026**

idoso. Muito secretário municipal fala: “Agora não tem direitos humanos, não tem idoso, não tem cidadania, é tudo assistência social.” Então, repito, todas as 79 secretarias municipais têm esse olhar voltado prioritariamente para a defesa da pessoa idosa.

SENHORA MARCIA TERESINHA RATTI (assessora de gabinete parlamentar) — Vejam que coisa: as perguntas foram todas para a Taciana. Lá na ponta, nos municípios, de fato é a Assistência Social que abraça todas essas pautas, do idoso, da mulher, etc. E nós também entendemos que, nesse processo, a construção não acaba num seminário, isto aqui é só o início do debate extremamente necessário para que a gente possa construir os encaminhamentos provocados por essas perguntas. Então, eu vou deixar o Eduardo alinhar os encaminhamentos.

SENHOR EDUARDO RAMIREZ MEZZA (mediador) — Bom, gente, a frente parlamentar vai encaminhar para cada entidade com representação neste seminário (e até para quem não está, que nem Saúde nem Habitação vieram hoje, até porque a política estadual da pessoa idosa atribui responsabilidades nessa questão para várias pastas, não é só para a Assistência) um ofício... A nossa cultura ainda é muito assim, cobra-se tudo da Assistência, até em questões de saúde cobra-se da Assistência. Se o problema é moradia, eu cobro da Assistência; se é remédio, Assistência — e isso a gente precisa mudar, mas é com o tempo. Como ia dizendo, a frente vai encaminhar um ofício para cada uma dessas entidades, exortando-as a que indiquem um representante para compor um comitê (ou grupo de trabalho, o nome não importa), o qual vai pensar nessas demandas que vocês apresentaram, nas demandas da Defensoria, do Ministério Público, etc., com vistas a traçar ações estratégicas que possam ser empreendidas em âmbito estadual. O que não quer dizer que o município fica de fora disso, mas o compromisso, como o seminário é estadual, é fazer ações estaduais que alcancem os municípios — não dá para pensar só em ações para Campo Grande, como muitas vezes é a nossa tendência. Pode ser assim, Márcia?

SENHORA MARCIA TERESINHA RATTI (assessora de gabinete parlamentar) — Com certeza. Então podemos pactuar aqui a criação de um grupo de trabalho para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa, com a participação de todas as instâncias necessárias, para que no próximo seminário tenhamos resultados efetivos, eficazes, tenhamos uma resposta do Estado, resposta dos conselhos, das universidades, com vistas ao enfrentamento da violência contra a pessoa idosa. Todos concordam? [a plenária se manifesta positivamente]... Eu gostaria que o professor neto fizesse uso da palavra, que ele nos trouxesse a proposição da universidade, e aí a gente faz uma entrega formal para a frente parlamentar.

SENHOR DJANIRES LAGEANO NETO (coordenador estadual da Universidade da Maturidade) — Boa tarde, agradeço a oportunidade, desculpe pelo adiantado da hora, eu sei que vocês já estão cansados. Esse é o registro [o professor empunha um documento produzido pela Universidade da Maturidade da UEMS] de um trabalho feito com muito carinho, com muita responsabilidade, com muito afinho, pelos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 11º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA
REALIZADA EM 08/07/2026**

nossos educadores político-sociais do envelhecimento humano da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que se debruçaram sobre a questão no mês de junho, trazendo aqui 172 proposições de políticas públicas, envolvendo oito eixos temáticos. A essas pessoas envio daqui as minhas saudações, registrando por fim que vamos encaminhar esse documento também para autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e para os candidatos, lembrando que estamos entrando em período eleitoral — para que Mato Grosso do Sul seja uma referência em termos de inclusão da pessoa idosa. Obrigado.

SENHORA MARCIA TERESINHA RATTI (assessora de gabinete parlamentar) — Cumprindo o protocolo, damos por encerrada a presente audiência pública. Muito obrigado por estarem conosco neste dia memorável (16h25min).